

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.441 - MS (2019/0112897-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : DARCIRIA MARTINS
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS - MS014572
AGRAVADO : BANCO PAN S.A.
ADVOGADOS : BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - MS013116
SARA HELMA HAMPEL - MS018025

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por DARCIRIA MARTINS, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE FRAUDE EM CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PROVA DA EXISTÊNCIA DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO DO VALOR CONTRATADO. INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ CONFIRMADA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIO RECURSAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

Mantém-se a sentença que julgou improcedentes os pedidos da ação declaratória de nulidade cumulada com repetição de indébito e danos morais, bem como condenou a parte autora ao pagamento de multa de litigância de má-fé equivalente a 5% sobre o valor corrigido da causa.

Comprovada a existência da relação contratual, configura-se a litigância de má-fé, pois houve alteração da verdade dos fatos e o uso do processo para conseguir objetivo ilegal.

Dispõe o art. 85, § 11, do CPC de 2015, que "O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento", razão pela qual fixo os honorários recursais em 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, ficando a exigibilidade suspensa por ser a autora beneficiária da gratuidade da Justiça.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega a violação do art. 373, II, do CPC; art. 166, IV do CC e art. 37, § 1º da Lei 6.015/73 no que concerne à inexistência de comprovação da regularidade da contratação e da liberação do crédito na conta em que a recorrente recebia o benefício previdenciário, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Por se tratar de contrato de mútuo, havia a necessidade de se comprovar a liberação do crédito, na conta em que o(a) recorrente recebia o benefício previdenciário.

O(A) recorrente negou o recebimento do crédito, na conta em que recebia seu benefício previdenciário.

[...]

Desta forma, cabia ao(a) recorrido(a) comprovar a regularidade da contratação e o recebimento do crédito do empréstimo concedido, obrigatoriamente, na conta em que o(a) recorrente recebia o benefício previdenciário (art. 373, II, CPC; art. 14, §3º, CDC) (fl. 304).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega a violação dos arts. 79, 80, II, 81 e 373, II do CPC, no que concerne à ausência de comprovação do dolo ou culpa grave da parte, aptos a configurar a má-fé, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Diante da ausência de comprovação de que o(a) recorrente tenha alterado a verdade dos fatos, com intuito de induzir o juízo em erro, e causar prejuízo à recorrida, não há que se falar em condenação por litigância de má-fé. (fls. 306).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega dissídio jurisprudencial com julgados do STJ, TJRS e TJ/SP.

É o relatório. Decido.

Quanto às controvérsias, assim se manifestou o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul:

No caso em exame, restou cabalmente comprovado que a parte autora realizou com o réu o contrato em comento (fls. 157-159), o qual foi-lhe efetivamente creditado em conta.

[...]

Tratando-se de relação de consumo e, por isso mesmo, enquadrando-se o presente caso na hipótese de cabimento da inversão do ônus da prova, o banco apelado logrou êxito em comprovar a existência de fato desconstitutivo do direito da parte autora, porquanto o recebimento pelo contratante do valor emprestado legitima o negócio jurídico, sendo legítimos, portanto, os descontos em seu benefício previdenciário.

[...]

Por conseguinte, a semelhança entre a assinatura aposta no contrato (fls. 157-159) e àquela firmada no documento de f. 152, contribuem robustamente para a conclusão acima, ou seja, de que a parte autora, ao contrário do que menciona na inicial, realmente celebrou o contrato de empréstimo juntamente ao banco. Veja-se:

[...]

Portanto, a celebração do contrato pela forma como se deu não acarretou nenhum prejuízo à autora, que teve o valor objeto do mútuo disponibilizado em sua conta.

Comprovada a existência, validade e eficácia do contrato firmado, inexistem descontos ilegais e tampouco ato ilícito a demandar a responsabilidade civil, sendo irretorquível a sentença.

Por conseguinte, mantenho a condenação da autora à pena por litigância de má-fé, tendo em vista que restou demonstrada a relação jurídica havida entre as partes e, principalmente, que a autora se beneficiou do crédito disponibilizado, evidenciando-se que desde a data da propositura da demanda tinha ciência do negócio jurídico que deu origem aos descontos que reputa indevidos.

Com isso, é manifesto o propósito de alteração da verdade dos fatos, :-6, o que resulta, por consequência, na sanção em litigância por má-fé, prevista no art. 81 do CPC (fls. 286/291).

Na espécie, portanto, incide a ambas as controvérsias o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que as pretensões recursais demandam o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos

EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Consigne-se, ainda, quanto à alegada existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a” e obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso." AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018.

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

